KARDEX (X)
MC ( )
PP ( )
DOC. GERAL ( )

No. 461 - junho de 1988

Aconteceu

CONSTITUINTE: NOVO DESAFIO

A Assembléia Nacional Constituinte passa para o segundo turno de votação. Trabalhadores mobilizam-se para garantir os avanços conquistados. Conheça ponto por ponto o que os sindicatos querem nesta nova etapa da Constituinte.**(Págs. 2,3 e 4)**

Os professores seguiram pela Rua das Laranjeiras até o Largo do Machado

Professores em greve agitam o Rio

A greve dos professores do Estado do Rio mobilizou 90 por cento da categoria. Movimento foi marcado por atos de protesto e críticas ao Governo do Estado.(Pág. 7)

Será dia 5 julgamento do assassino de Margarida Maria

Acordo foi feito depois de muito tempo de luta e reivindicação. Em cinco ítens, compromissos da Funai compreende apoio na infraestrutura como fornecimento de maquinários e insumos.(Pág. 14)

Em Santa Catarina, acordo com a Funai expulsa homem branco da reserva de Nonoai

O crime foi em 83, na Paraíba. Margarida foi morta com um tiro de espingarda. Criminoso seria julgado dia 26, mas advogado e testemunhas de defesa não compareceram.(Ultima página)

IMPRESSO

Veja o que querem trabalhadores e empresários no segundo turno

A Constituinte se prepara para a votação em segundo turno. Os diversos segmentos da sociedade se mobilizam para acompanhar a votação e garantir conquistas do primeiro turno. No quadro abaixo e na página seguinte, estão as propostas defendidas por empresários e trabalhadores nos principais dispositivos a serem apreciados nessa etapa:

TEXTO APROVADO	O QUE QUEREM OS EMPRESÁRIOS	O QUE QUEREM OS TRABALHADORES
• "Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania" (Art. 6º, Pgfo. 51)	• Suprimir a palavra "direitos"	
• "As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata" (Art. 6º, pgfo. 60)	• Suprimir totalmente este parágrafo.	
• "Relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos" (Art. 8º, Inciso I)		• Eliminar a expressão "complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos".
• "Participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, na gestão da empresa conforme definido em lei" (Art. 8º, Inc. X)		• Supressão da expressão "excepcionalmente" e "conforme definido em lei".
• "Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho" (Art. 8º, Inc. XII)		• Suprimir o termo "e quatro"
• "Jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turno ininterruptos de revezamento, salvo acordo coletivo" (Art. 8º, Inc. XIII)	• Eliminar integralmente este texto	
• "Gozo de férias anuais remuneradas em pelo menos um terço a mais que o salário normal" (Art. 8º, inc. XI)	• Suprimir: "em pelo menos um terço a mais que o salário normal".	
• "Licença Remunerada", à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias, bem como, nas mesmas condições, licença paternidade de oito dias aos que preencham requisitos fixados em lei. A lei assegurará incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher" (Art. 8º, inc. XVII)		• Cortar a expressão "aos que preencham requisitos fixados em lei".
• "Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei" (Art 8º, inc. XVIII)	• Fazer supressão de modo que o texto permaneça apenas com uma das seguintes redações: "aviso-prévio", ou "aviso-prévio, nos termos da lei"	• Eliminar "nos termos da lei".

Aconteceu
No. 460 - Junho de 1988
CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienopólis, 963
Telefone: 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual CZ$ 400,00

América Latina US$60.00 América do Norte US$85.00 Europa, África e Ásia US$100.00

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Cep. _____ Est. _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação Rua Cosme Velho, 98 Fundos - CEP. 22241 - RJ, ou vale postal para agência dos Correios "Largodo Machado", Rio de Janeiro - RJ

Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior
Marcus Vinicius Grod Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Massagão Ribeiro
Xico Teixeira
Coordenador:
Jether Pereira Ramalho

Editor
Xico Teixeira
Editora assistente
Ligia Dutra
Composição
Katia Simões
Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera
Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

• "Proteção em face da automação, na forma da lei" (Art. 8º, inc. XXIV)		• Eliminar "na forma da lei"
• "Prazo prescricional de cinco anos, contados da lesão de direito originário de relação de emprego, salvo na hipótese de extinção do contrato de trabalho, quando este prazo se esgotará dois anos após o término da relação de emprego. Em se tratando de trabalhador rural, a prescrição somente ocorrerá após o decurso de dois anos da cessação do contrato de trabalho". (Art. 8º, inc. XXVI)	• Eliminar qualquer menção a tratamento diferenciado para os trabalhadores rurais, de modo a equiparar o prazo prescricional (5 anos) no campo e na cidade.	
• "Os direitos sociais dos trabalhadores rurais, previstos nos incisos III, IX, X, XII, XV, XX e XXII, bem como no parágrafo anterior, serão disciplinados em lei que os adaptará às peculiaridades de sua atividade" (Art 8º, pgfo 3º)		• Supressão de todo o parágrafo.
• "É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz" (Art. 8º, pgfo 2º)		• Eliminar a expressão "salvo na condição de aprendiz".
• "É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade ou interesse que devam por meio dele defender" (Art. 11)	Reduzir o texto a: "É assegurado o direito de greve"	
• "Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei" (Art. 11, pgfo 2º)		• Suprimir integralmente este parágrafo
• "É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos dos serviços públicos onde seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação". (Art. 12)		• Supressão das expressões "colegiados dos" e "dos serviços públicos"
• "Explorar diretamente ou mediante concessão a empresas sob controle acionário estatal os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações", (Art. 22, inciso XI)	• Eliminar a expressão "a empresas sob controle acionário e estatal"	
• "Trânsito, transporte de bens e pessoas nas rodovias e ferrovias federais, estabelecer e implantar política de educação para segurança de trânsito" (Art. 23, inc. XI)	• Suprimir "nas rodovias e ferrovias federais"	
• "Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar" (Art. 24, inc. VII)	• Cortar a palavra "organizar"	
• "Cabe aos estados explorar diretamente ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado" (Art. 26, pgfo 3º)	• Eliminar a palavra "estatal"	
• "A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho, limitados os recursos das decisões dos tribunais regionais, nos dissídios individuais, aos casos de ofensas a literal dispositivo constitucional ou de lei federal. As listas tríplices para o provimento de cargos destinados aos juízes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaboradas pelos ministros togados e vitalícios" (Art. 134, Pgfo 3º)	• Cortar a expressão "limitados os recursos das decisões dos tribunais Regionais, nos dissídios individuais, aos casos de ofensa a literal dispositivo constitucional ou de lei federal"	
• "Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho" (Art. 136, pgfo 2º)	• Suprimir: "podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho".	
• "Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive de suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos da lei" (Art. 178, inc. II, alínea c)	• Suprimir a expressão "dos trabalhadores"	
• "Grandes fortunas nos termos definidos em lei complementar" (Art. 182, inc. VIII)	• Supressão total do texto	
• "Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir adicional ao imposto de que trata o artigo 102, inciso III, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital, até o limite de cinco por cento do imposto pago à União por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas nos respectivos territórios" (Art. 184, Pgfo 1º)	• Corte total deste parágrafo	
• "Será considerada empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no país sua sede e administração.	(Alternativas a serem apresentadas conjuntamente) — Suprimir todos os parágrafos do art. 200.	
Pgfo 1º — empresa brasileira de capital nacional é aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país ou de entidades de direito público interno. Entende-se por controle efetivo da empresa, para fins deste parágrafo, a titularidade da maioria do seu capital votante no exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.	— Suprimir a seguinte expressão contida na parte final do pgfo 1º: "e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades".	
Pgfo 2º — A empresa brasileira de capital nacional poderá gozar, na forma da lei, de proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades por esta consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do país.		
Pgfo 3º — A lei prevista no parágrafo anterior, que considerar um setor imprescindível para o desenvolvimento tecnológico nacional, poderá ainda, com relação a empresa brasileira de capital nacional, entre outras condições e requisitos: a) exigir que o controle referido no parágrafo 1º se estenda às atividades tecnológicas da empresa, assim entendido o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para desenvolver ou absorver tecnologia, na forma por ela estabelecida; e b) determinar percentuais de participação no capital das pessoas físicas e residentes no país ou entidades de direito públicos interno.	— Suprimir inteiramente o parágrafo 3º, inclusive nas suas alíneas a e b.	
Pgfo 4º — Na aquisição de bens de serviços, o poder público dará tratamento preferencial à empresa nacional (art. 200)		
• "Como agente normativo de atividade econômica, o Estado exercerá funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este imperativo para o setor público e indicativo para o setor privado. (Art 203)	• Suprimir totalmente o "caput"	
• "As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano. A cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos em que a lei determinar" (art. 225, inciso IX)	• Eliminar, na íntegra, este texto	
• "É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo os casos previstos em lei". (Art. 232, pgfo. 3º)	• Supressão total do parágrafo	
• "O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica na Nação, segundo o disposto em legislação federal" (Art. 254)	• Eliminação total do texto	

O movimento sindical traça suas estratégias para o segundo turno

O movimento sindical está começando a articular sua estratégia para o segndo turno de votações da Assembléia Nacional Constituinte. Mas não será uma atuação unificada. Sindicatos, confederações e centrais, refletindo suas divergências político-ideológicas estudam caminhos diferentes para tentar garantir na nova Carta os pontos que entendem como fundamentais para os trabalhadores.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) que, segundo seu presidente Jair Meneguelli, tem interesse em suprimir a unicidade sindical do novo texto, poderá optar pela reeedição de cartazes com nome e foto dos constituintes que votarem contra os pontos defendidos pela entidade como fez durante o primeiro turno. Já a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) pretende levar a Brasília suas lideranças, na tentativa de assegurar, em contato direto com os deputados de cada estado, a manutenção dos direitos sociais e a supressão do que foi definido como propriedade rural produtiva.

Através do Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar (DIAP), 418 entidades sindicais, entre elas as nove confederações nacionais dos trabalhadores, articulam a defesa do capítulo dos Direitos Sociais. Segundo apurou a repórter Miriam Lombardo, junto ao diretor executivo da entidade, Ulysses Riedel, a pressão será exercida com maior ênfase na defesa da jornada máxima de seis horas para empresas que operam em turno ininterrupto: 120 dias de licença-maternidade; licença-paternidade de oito dias; prazo de cinco anos para prescrição das ações trabalhistas e adicional de um terço do salário nas férias.

Sentindo ameaçadas a licença-maternidade de 120 dias, licença-paternidade de 8 dias e creches gratuitas para crianças de 0 a 6 anos, entidades de mulheres planejam levar pelo menos 1 mil militantes para acompanhar as votações do segundo turno, contou Nair Goulart, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. As mulheres pretendem explorar o perfil conservador dos deputados, tentando garantir estes pontos com o argumento de "proteção à maternidade".

(Gazeta Mercantil-21/6/88)

Irrealismo marca metas de governo

O Congresso constituinte aprovou o artigo 32 das Disposições Transitóriasda nova Constituição que se propõe a "no prazo máximo de dez anos, eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental". As autoridades responsáveis pelo problema da educação no Brasil têm apresentado desde antes da criação do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) em 8 de setembro de 1970, uma visão otimista da questão.

As estimativas oficiais brasileiras consideram alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples na língua que conhecem. Segundo esse conceito, os dados de 1983 do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicam que 21,9% das pessoas com mais de 15 anos, no Brasil, são analfabetas.

O presidente José Sarney declarou na abertura da Campanha Interamericana de Alfabetização que "O Brasil está decidido a entrar no século 21 como um povo alfabetizado". As condições para isso não foram esclarecidas.

Manoel Raimundo de Souza Junior, 40, técnico educacional da Fundação Educar, que substituiu o antigo Mobral afirma que é impossível erradicar o analfabetismo em dez anos. Um dos problemas identificados por ele é o preconceito da sociedade em relação ao analfabeto.

Outro problema enfrentado pela Fundação, segundo Souza, é a incerteza quanto a seu orçamento. O órgão sobrevive de incentivos fiscais que as empresas podem aplicar, até o limite de 2% do imposto devido, em programas de alfabetização. Isso faz com que o projeto de médio e longo prazo se tornem inviáveis, diz ele.

O educador Paulo Freire, acha o dispositivo constitucional "lastimável". Segundo ele, "é possível acabar com o problema em um prazo muito menor.

O norte-americano Philip Fletcher, estudioso da questão da educação adulta, afirmou que "o Mobral pretendeu afastar uma preocupação pessimista com alguns dos problemas mais graves do Brasil, substituindo-a por uma espécie de gratificação psicológica, na forma de promessas e esperanças para o futuro". A promessa agora virou lei.

(FSP-25/6/88)

Sarney empregou 33 servidores por hora em dois anos de governo

O presidente José Sarney empregou nos dois primeiros anos e dois meses de governo - de março de 1985 a junho de 1987 -, e alguns de forma irregular, 140.762 novos servidores públicos na administração direta. Isto significa que nos 27 meses, com 20 dias úteis por mês, tirando os sábados, domingos e feriados, e admitindo que nas repartições públicas a jornada seja de oito horas por dia como determina a lei, o governo contratou, por hora, 33 novos funcionários públicos.

Os cálculos foram feitos pelo ex-ministro e atual deputado Delfim Neto (PDS-SP), juntamente com o seu colega do Rio Grande do Sul, Adilson Motta, em um canto no plenário da Constitunte, baseado no relatório do ministro Jorge Vargas, do Tribunal de Contas da União, ao julgar as contas do governo de 1987. No documento, o ministro informa que, entre março de 1985 e junho de 1987, houve mais de 140 mil contratações na administração direta, "apesar dos decretos proibitivos".

"Esse mesmo governo que fez essas contratações, algumas irregulares, deixou de fazer, no início deste ano, um contrato com o governo dos Estados Unidos, de um empréstimo para o programa de saúde no Nordeste porque tinha de contratar 150 técnicos na área de saúde. Para o programa de saúde no Nordeste, onde há grande necessidade, não se pode contratar e, por administração direta, não se pensa duas vezes, contratam sem qualquer critério", afirmou o deputado AdilsonMotta (PDS-RS).

Os deputados Delfim Neto e Adilson Motta fizeram também um levantamento extra-oficial de contratados nos primeiros 27 meses pela administração indireta(estatais e fundações). Baseados em dados fornecidos pelos gabinetes dos ministros e publicações de jornais, os parlamentares chegaram a 60 mil contratações.(Jornal do Brasil-24/6/88)

Pedida interpelação de Antônio Carlos Magalhães

O senador Maurício Correa (PDT-DF) encaminhou dia 22 ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedido de interpelação ao Ministro Antônio Carlos Magalhães para que ele confirme suas declarações, publicadas no jornais, sobre a existência de um dossiê com denúncias contra os senadores que integram a CPI que apura irregularidades na administração federal.

Caso se decida pela notificação, o Ministro terá, de acordo com a Lei de Imprensa, 48 horas para responder por escrito ao STF. Se ele se recusar, Corrêa poderá processá-lo por calúnia ou injúria.(O Globo-23/6/88)

Vereadores têm de devolver Cz$ 8 milhões

Cada um dos 33 vereadores de Fortaleza terá de devolver Cz$ 8 milhões, gastos irregularmente a partir de 1984. O Conselho de Contas não aceitou a defesa apresentada pelos ex-Presidentes da Câmara Fiúza Gomes (PFL) e Djalma Eùfrásio (PMDB) e determinou o reembolso. O Conselho constatou irregularidades na concessão de subvenções sociais, contratação de serviços sem licitação, pagamento de prestadores e despesas sem assinaturas do ordenador. Além disto, os vereadores são responsabilizados pela majoração, por conta própria, dos seus subsídios.(O Globo-24/6/88)

Funcionários da Infraero conseguem incorporação de abono ao salário

O governo começou a abrir exceções em sua rígida política de controle dos salários do setor público. Atendendo as ponderações do ministro da Aeronáutica, Otávio Moreira Lima, o Conselho Interministerial de Salário das Estatais (Cise) resolveu incorporar aos salários dos funcionários da Infraero um abono de 30% concedido em novembro do ano passado - contrariando, tanto com o abono quanto com a incorporação dele aos salários, determinações do próprio Cise.

O que o ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), brigadeiro Paulo Camarinha, não conseguiu em polêmica entrevista à EBN, o minitro Moreira Lima, seu colega de arma, obteve em uma troca de correspondência com o ministro da Fazenda: uma carta e um aviso ministerial endereçado ao ministro da Fazenda em novembro de 1987 (na gestão de Luiz Carlos Bresser Pereira) e em março deste ano (já sob administração de Maílson da Nóbrega) garatiram, respectivamente, o abono e sua incorporação, suficientes para abortar a movimentação grevista que se iniciou no Rio de Janeiro, ano passado, entre funcionários da empresa, insatisfeitos com a defasagem de seus salários em relação ao setor privado.

Temerosos de que o exemplo da Infraero se repetisse em outras estatais, os ministros que compõem o Cise, Maílson da Nóbrega, da Fazenda, João Batista de Abreu, do Planejamento, Almir Pazzianotto, do Trabalho e Aluízio Alves, da Administração, que reconheceram a deterioração dos salários na empresa, firmaram um pacto de silêncio em torno do assunto. Nos ministérios da Fazenda e do Planejamento, porém, técnicos do Governo garatem que a Infraero não é exemplo isolado, embora não se aponte o nome de qualquer outra empresa na mesma situação.(JB-24/6/88)

Servidores da saúde em SP decidem fazer greve

Cerca de mil servidores da Saúde do Estado de São Paulo, decidiram dia 23 entrar em greve a partir do dia 11, por tempo indeterminado. Eles reivindicam regulamentação da isonomia definitiva da isonomia total (trabalho,carga horária e salário igual aos dos funcionários do Inamps) e pagamento da equiparação salarial referente aos meses de março, abril, maio e junho. Jocélio Drumond, presidente da Associação dos Servidores da Saúde (Asses), disse que a previsão orçamentária de repasse de verba para o Suds-SP aumentou de Cz$ 62 milhões para Cz$ 250 milhões, e que 50% da verba inicial já foi entregue pelo Inamps à Secretaria. "A alegação do secretário de que há falta de verba é contraditória", disse.

O secretário de Estado da Saúde, José Aristodemo Pinotti, afirmou, segundo sua assessoria de imprensa, que os Cz$250 milhões liberados pelo Inamps não se destinarão à equiparação salarial. Metade dessa verba já está comprometida com o pagamento dos hospitais particulares da rede contratada. Pinotti informou estar sendo elaborado um "projeto de gerenciamento integrado", com a finalidade de acrescentar mais uma gratificação aos servidores. O projeto seria custeado através de dinheiro economizado nos atendimentos feitos pela rede particular contratada do Inamps.

(FSP-24/6/88)

Professor não aceita 64,4% e greve continua no Rio

A Polícia Militiar não reprimiu,mascausou uma enorme confusão em Laranjeiras ao fazer cerco aos 5 mil professores que se concentraram dia 23 nas imediações do Palácio Guanabara para forçar o governo a recebê-los. Uma comissão acabou sendo recebida no Palácio graças a ajuda do coronel Henrique, do segundo Batalhão de Polícia Militar, que serviu de intermediário.

Na assembléia, os professores rejeitaram a proposta do governo e resolveram manter a greve que começou dia 11. O secretário de Educação, Raphael de Almeida Magalhães, saiu da reunião com dirigentes do Centro Estadual dos Professores (CEP) confiante, mas os professores não aceitaram os 64,4% oferecidos. Querem 170%. (JB-24/6/88)

Professores paulistas querem reajuste mensal

Professores, funcionários e alunos das escolas estaduais de Sao Paulo lançaramdia13 na praça da República a Campanha emDefesa da Escola Pública. A manifestação reuniu cerca de duas mil pessoas. Professores e servidores realizaram ainda uma assembléia para discutir a reivindicação de reajustes mensais e não mais trimestrais.

Ficou decidido que cada escola terá uma comissão de pais, alunos, funcionários e professores que formarão em cada cidade um comitê municipal de que participarão também sindicatos, partidos e entidades. Também será veiculado um abaixo-assinado que será entregue ao governador Orestes Quércia em outubro.

Serão promovidos debates com candidatos a prefeito e vereador tratando de salários da área de Educação, da jornada de trabalho excessiva, a falta de equipamentos e problemas de segurança. Mas a questão dos salários é a mais urgente. Segundo levantamento da Apeoesp, em 1979 um professor primário com 20 horas semanais de trabalho ganhava 5,1 salários mínimos. Hoje, recebe 1,82 salário.

A principal reivindicação salarial e de 137% de reposição a partir de primeiro de julho, para que o poder aquisitivo retorne ao nível de janeiro do ano passado. Professores e servidores também querem reajuste mensal com base na URP ou na inflação.(O Estado de São Paulo-21/6/88)

Termina a greve na rede de ensino na Bahia

Depois de 41 dias de greve e intensas negociações, que envolveram deputados estaduais e federais de vários partidos, os professores da rede estadual de ensino da Bahia - ao todo 60 mil em 314 municípios - decidiram, em assembléia, retornar as aulas. Segundo a EBN, os professores, que reivindicavam 142% de reajuste salarial, conseguiram que o governador Waldir Pires autorizasse o envio de mensagem ao Legislativo concedendo aumentos entre 18 e 48% à categoria.(Gazeta Mercantil-22/6/88)

Acontecendo

Cruzada Franciscana

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, acusa ministros de Sarney de estarem colocando em prática a máxima de São Francisco de Assis - é dando que se recebe.

Semdar nomes aosbois,Jereissati diz que esses ministros praticam uma política clientelista, na base do "eu te dou hoje e voce me dá apoio político quando eu for candidato a governador".(Painel FSP-24/6/88)

Crime

O procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, acolheu a representação dos senadores da CPI da Corrupção para enquadramento do ministro Antônio Carlos Magalhães emcrime de prevaricação.

Ele encaminhará o processo ao STF na próxima semana.(Painel FSP-24/6/88)

Flerte

O governador Moreira Franco voltou a flertar com o engenheiro Leonel Brizola.

O acordo político celebrado entre o PMDB e o PDT na pequena cidadede Porciúncula(RJ), com vistas às eleições municipais, pode não ser um exemplo isolado. (Informe JB-23/6/88)

Poço vazio

Não deve ter sido muito difícil para Sarney a decisão de demitir Ozires Silva da presidência da Petrobrás.

Ele ainda não havia digerido a ênfase com que a empresa contestou seu badalado anúncio da descoberta de petróleo na ilha de Marajó.(Painel FSP-23/6/88)

Cenário paulista

Assessores de Quércia informaram: o governador nunca esteve tão irritado com Sarney como agora.

Tudo por conta do bloqueio das contas das estatais paulistas.

A propósito, setores do PMDB paulista vêm pregando, com certo jogo de cena, o rompimento puro e simples com Sarney.(Painel FSP-23/6/88)

Alvo de Sarney

A área economica do governo continua preocupadda com os rumores de que Sarney não resistirá à tentação de fazer alguma coisa capaz de restabelecer sua popularidade às vésperas da eleição municipal de novembro.

É que popularidade e combate ao déficit público não costumam andar juntos.(Painel FSP-23/6/88)

Paraíso tropical

O Rio de Janeiro tem hoje mais funcionários públicos federais do que Brasília, a capital administrativa do país.

São 388.294 os funcionários que vivem a beira-mar, contra 142.590 que servem no Planalto Central.

Esses números referem-se apenas aos servidores civis - se a contagem englobar os militares, a disparidade será bem maior.(Painel FSP-24/6/88)

Maldade

O ex-governador Franco Montoro insiste em que o tucano seja o símbolo do novo partido que saiu da costela esquerda do PMDB.

Já há quem esteja chamando os militantes de "bicões". (Informe JB-24/6/88)

Dinheiro sobrando

Sarney abriu um crédito complementar de Cz$ 700 milhões para os ministérios da Marinha e da Aeronáutica, por conta da rubrica "alimentação de pessoal".

Mais voraz, porém, é o apetite do Ministério da Indústria e do Comércio, que também ganhou um crédito complementar, no valor de Cz$ 2 bilhões para "saneamento financeiro de usinas de álcool e açucar".(Painel FSP-24/6/88)

Humor de Ulysses

Apesar de tudo, Ulysses Guimarães ainda não perdeu o bom humor.

No dia 23, ao convocar para a tribuna o deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), que entrava no plenário, observou:

"Antes de ver o constituinte, já vi os seus bigodes..." (Painel FSP-24/6/88)

Passarinho pergunta

Osenador Jarbas Passarinho (PDS-PA) explicava no dia 23 para um exaltado grupo da UDR por que considera injusta a anistia das dívidas.

"Tenho uma secretária que, na euforia do Cruzado,tomou um empréstimo e abriu um loja. De lá para cá, ele teve que vender a loja, o carro, o apartamento e muitos outros bens para saldar a dívida. É justo mantê-la à margem da anistia?"(Painel FSP-24/6/88)

Queima de arquivos

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) acha que, a passar a anistia das dívidas, o melhor seria zerar tudo:

"Vamos queimar os arquivos do SPC", sustenta.(Painel FSP-24/6/88)

Manobra de Ulysses

Ulysses Guimarães prepara um novo pulo do gato para a eventualidade de não ser adiada novamente a Convenção Nacional do PMDB prevista para agosto.

Ele deixaria "históricos" e "conservadores" se digladiando pelo controle do partido até às vésperas da Convenção, quando então lançaria uma chapa de conciliação, encabeçada por ele mesmo e contemplando equitativamente os dois grupos. (Painel FSP-24/6/88)

Retrato do Brasil

Ao ver estacionado em local proibido o Opala placa de bronze 001, do ministro do Tribunal Federal de Recursos-São Paulo, um contribuinte que saía no último sábado, por volta das 15h, do Shopping Eldorado, em São Paulo, dirigiu-se ao motorista para saber se o ministro se encontrava a serviço no shopping.

Foi surpreendido não só com palavras de baixo calão como também pela ameaça de que se repetisse tal interpretação ao ministro seria preso por desacato à autoridade.(Informe-28/6/88)

Meia volta

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), quando ia subir no palanque do seminário promovido sábado dia 25, pelo PMDB, em São Paulo, deu um passo atrás.

Exatamente na hora o público, sem tê-lo visto ainda, gritava: "Fora Centrão, fora Centrão".Robertão ficou todo o tempo nos bastidores. (Informe-28/6/88)

Prefeito de Minas não liga para greve de fome

"Podem morrer de fome". Com essa frase, Guido Fonseca (PMDB), prefeito de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, reagiu à greve de fome, iniciada dia 22, por cinco dos 1 mil 400 professores municipais que paralisaram as atividades há mais de um mês. A frase foi dita a uma repórter do jornal Estado de Minas,masdepoisdesmentida pela assessoria de imprensa da prefeitura, sob a alegação de que a pergunta da repórter foi mal entendida.

Guido Fonseca reuniu-se dia 23 com uma comissão de grevistas e disse que se eles não voltarem ao trabalho, vai fazer "demissões em massa", informou o assessor. Os professores reivindicam piso salarial de cinco salários mínimos de referência e paralisaram, segundo o comando de greve, 22 escolas, deixando2 mil 500 alunos sem aula.

(JB-24/6/88)

CUT quer 20,9% para os metalúrgicos de SP

O Departamento Estadual dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de São Paulo entregou dia 22 uma proposta dereajuste salarial à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Os metalúrgicos afirmam que a categoria acumulou uma perda de 17,3% em seus salários, nos meses de abril e maio. Para recuperar o poder de compra, eles reivindicam um aumento de 20,9% sobre os salários de junho.

A Fiesp não manifestou uma posição sobre a revindicação e o coordenador do Grupo 14 - que congrega os sindicatos empresariais do setor metalúrgico -, Roberto Della Manna, disse que haverá uma reunião "nos próximos dias para o assunto ser analisado". Segundo ele, a perda salarial "é menor do que essa apresentada pelos metalúrgicos, de 17,3%".

A CUT esteve representada pelos sindicalistas Heiguiberto Della Bella Navarro, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, e Cícero Firmino da Silva, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Além desses dois sindicatos, outros oito seriam beneficiados pelo aumento, que seria concedido para aproximadamente 450 mil trabalhadores metalúrgicos - de entidades filiadas à CUT. "Não estamos saindo com muita expectativa de receber uma proposta que atenda às nossas reinvidicações", disse Navarro, ao sair da reunião. Apesar disso, a discussão com Della Manna foicordial e o sindicalista disse que não saía da Fiesp "para fazer uma greve amanhã ou depois". Caso não se chegue a um acordo, "as assembléias de trabalahdores é que vão decidir o que fazer", disse.(FSP-23/6/88)

Equip forma lideranças sindicais no nordeste

A EscoladeFormação Quilombo dos Palmares(Equip) iniciou,neste mês, a terceira etapa de seu primeiro Curso de Formação Sindical. A Equip é uma entidade autônoma, mas afinada política e ideologicamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Colaborar na união das lutas populares no campo e na cidade aprofundar a leitura socialsobre o Nordeste e apoiar as secretarias estaduais de formação da CUT estão entre os objetivos da Equip, criada no ano passado, a partir de um encontro de dirigentes sindicais de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. (Agen-9/6/88)

Nicarágua anuncia sua perestroika

O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, anunciou a adoção de uma série de medidas para enfrentar a grave crise econômica do país. O anúncio foi feito com um discurso pronunciado numa assembléia de trabalhadores de empresas estatais em Manágua, a capital nicaraguense.

Entre as principais medidas adotadas pelo governo sandinista, estão os aumentos salariais regidos pela produtividade, a liberação dos preços dos produtos de acordo com os custos da produção, a revisão periódica de preços, os reajustes também periódicos da taxa cambial - para manter o valor dos produtos de exportação -, a regulamentação dos créditos e juros bancários conforme a taxa de inflação e a redução em 30% nas despesas com a defesa e a produção agropecuária. Especialistas já chamam esse pacote de "perestroika nicaraguense".

Ortega disse que a adoção dessas medidas visa "deter a inflação sem que se paralise o país, garantindo o restabelecimento da produção". Ele atribui a crise nicaraguense a vários fatores, entre eles a guerra travada com os "contras", o bloqueio comercial dos EUA e a "injusta ordem econômica internacional, que afeta inclusive países capitalistas em desenvolvimento".

"A Nicarágua tem uma economia de mercado num Estado revolucionário de orientação socialista", afirmou Ortega. "Continuamos mantendo os princípios básicos da revolução sandinista - economia mista, pluralismo político e não-alinhamento". "Embora a orientação regime nicaraguense seja socialista", disse Ortega, "não pensamos na abolição da propriedade privada. Não estamos na etapa onde a aplicação de medidas socialistas possam contribuir para a consolidação do processo revolucionário, embora a planificação continue sendo fundamental".(Folha de SP-16/6/88)

Embaixador no Brasil explica a Reforma

O governo sandinista admite que as recentes medidas adotadas para combater a grave crise econômica da Nicarágua possam ter desagradado os trabalhadores ao mesmo tempo em que suscitaram o apoio do empresariado, mas sua adoção foi necessária para impedir a deterioração do país. Essa opinião foi expressa pelo embaixador da Nicarágua no Brasil, Jorge Jenkins, em entrevista coletiva concedida dia 17, em São Paulo.

Para ele, o fato de os trabalhadores criticarem o governo demonstra que o regime nicaraguense "é uma democracia", ao contrário do que apregoa a administração Reagan. Jenkins acrescenta que nenhuma medida pode ter a unanimidade de toda população. "A tarefa mais importante do governo hoje é impedir o agravamento da crise, cujos efeitos são mais sentidos pelos trabalhadores," diz.

Jenkins que está há dois anos e meio no Brasil, afirma que o principal problema da Nicarágua hoje é a deterioração da situação econômica do país provocada pela guerra com os "contras" (rebeldes direitistas), que em sete anos já causou a morte de 34 mil pessoas e prejuízos no valor de 3 bilhões de dólares. As recentes medidas adotadas pelo governo - que liberam preços e salários e incentivam a exportação - são explicadas por ele como uma "cirurgia sem anestesia" para permitir a retomada da produção, mas não significam uma solução global para a crise. "Enquanto existir a guerra", diz, "não poderá haver melhoria real da situação econômica na Nicarágua".

"Não pode haver revolução numa economia em involução", diz Jenkins para explicar as reformas em curso. "O socialismo é nosso horizonte, mas não é algo que possa ser estabelecido por decreto. É um processo cujo desenvolvimento não é linear. Sabemos aonde queremos ir, mas o caminho precisa ser descoberto", diz. (Folha SP-18/6/88)

Ortega visita Cuba com 11 ministros

O chefe do Governo cubano, Fidel Castro, recebeu dia 27, no aeroporto José Martí o Presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, em sua primeira visita oficial ao país. Ortega, que se fazia acompanhar de 11 ministros de Estado - o que constitui a mais numerosa delegação nicaraguense a sair para o exterior - fez coincidir sua visita com a que o Secretário de Estado dos EUA, George Shultz, realizou a Guatemala, Honduras, El Salvador e Costa Rica. Ao noticiar a chegada do visitante, o jornal "Granma" reafirmou o apoio de Cuba à Nicarágua "principalmente durante o período que o país está vivendo, acossado pelo imperialismo dirigido por Ronald Reagan".(O Globo-28/6/88)

D. Pedro Casaldáliga dá explicações ao Vaticano e volta sem punições

Casaldáliga

Dom Pedro Casaldáliga, bispo da difícil e paupérrima diocese de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, passou um dia em Roma em conversas no Palácio Apostólico do Vaticano e no Palácio ocupado pela Congregação para a Doutrina da Fé, ex-Santo Ofício. No Palácio Apostólico, ele falou durante 15 minutos com João Paulo II. Na Congregação seu anfitrião e interlocutor foi o cardeal alemão Joseph Ratzinger, crítico e juiz severo da Teologia da Libertação, com quem conversou durante uma hora e meia e acabou rezando um pai-nosso.

A João Paulo II, Casaldáliga, contra quem os governos da ditadura militar tentaram tudo para obter seu afastamento do Brasil, esbarrando sempre na intransigência dos últimos papas e da Cúria Romana, ter-se-ia limitado a fornecer uma rápida informação sobre os problemas de sua diocese.

Interrogatório

Com o cardeal Ratzinger, dom Pedro Casaldáliga demorou-se mais. O encontro dos dois se deu antes da audiência com o papa. Teria partido de uma iniciativa do prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. O cardeal submeteu o bispo a um autêntico mas paternal interrogatório.

O cardeal quis conhecer a opinião de Casaldáliga sobre as posições assumidas pela Igreja de Roma na discussão sobre a Teologia da Libertação. Foi esse o momento em que Dom Pedro Casaldáliga se revelou um hábil político, ao dizer que não gostou do primeiro documento da Congregação, mas depois viu que o segundo completava e esclarecia o primeiro - até que finalmente pode concordar e solidarizar-se inteiramente com a carta que o papa mandou ao episcopado brasileiro, afirmando que a Teologia da Libertação é oportuna e necessária.

Diante da insistência de um jornalista, Casaldáliga esclareceu sobre outro tema de sua rápida conversa com João Paulo II: a questão das duas asas da Igreja, a direita e a esquerda. O conceito que diz ter formulado ao papa não poderia ser mais claro: "O espírito Santo inspira todos, papas, bispos, fiéis, movimentos e associações. O Espírito Santo tem duas asas. Porém, na Igreja, corta-se sempre com prazer mais a asa esquerda que a direita. Esperemos que aos poucos se comece a respeitar as duas asas".

Despedindo-se do cardeal Ratzinger, Dom Pedro Casaldaliga referiu-se as muitas ameaças que recebeu e continua a receber, de ser mandado para longe do Brasil. "Interpretei essas ameaças não como uma vontade de mandar-me trabalhar no primeiro mundo, mas no outro mundo". Por isso mesmo, sentiu-se à vontade para pedir que o cardeal e ele rezassem juntos um Pai-Nosso, naquela sala do histórico palácio do antigo Santo Ofício.

"Quem sabe se nos veremos ainda" - disse Dom Pedro Casaldáliga ao cardeal Ratzinger, que, muito emocionado, aceitou o pedido de prece do bispo que sempre desagradou aos latifundiários e inimigos dos últimos índios de Mato Grosso.

Uma região onde matar é rotina

"Pelo menos um terço das mortes ocorridas por questões fundiárias no país acontecem na região do Araguaia - Tocantins", conforme calcula o padre Ricardo Rezende Figueira, membro da diretoria nacional da Comissão Pastoral da Terra. Ex-coordenador da regional da CPT em São Félix do Araguaia, o padre Ricardo revela que, entre 1982 e 1987, foram registradas 223 mortes na região entre o norte de Mato Grosso, norte de Goiás e sudeste do Pará. Nesses mesmos seis anos, outras 1.505 pessoas receberam ameaças de morte, segundo o levantamento da Comissão Pastoral da Terra. "Este ano já morreram pelo menos cinco pessoas só na região de Conceição do Araguaia", acrescenta o padre Ricardo. "Quem prega o direito e a legalidade numa região como esta, de fronteira de migração e de penetração de capital, é tido como louco. Aqui é a fronteira do terror", define o padre. Pelo levantamento da regional da CPT em São Félix do Araguaia, entre 1985 e 1987 foram registradas 3.160 ações possessórias contra famílias de trabalhadores rurais.(JB-23/6/88)

Conselho Mundial de Igrejas vem ao Brasil para conhecer CEBs

Esteve no Brasil, na primeira semana de junho, a convite do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs (CONIC), a equipe da Sub-Unidade de Renovação e Vida Congregacional do Conselho Mundial de Igrejas (CMI).

A equipe veio conhecer a realidade dos trabalhos realizados pelas Igrejas nas comunidades de base, entre os operários, camponeses e marginalizados das periferias das cidades, assim como saber da sua contribuição para a renovação das Igrejas na sua missão pastoral, em nível internacional. Quais os problemas levantados nessa forma de ser Igreja e quais as respostas encontradas para esses problemas, ao longo da caminhada, foram preocupações da equipe.

Durante sua estada no Brasil, os religiosos visitaram o Sul do País, Salvador e Feira de Santana, na Bahia, onde conheceram diversos trabalhos realizados entre o povo humilde. No Rio de Janeiro, visitaram a Baixada Fluminense; em São Paulo, estiveram com o cardeal d. Paulo Evaristo Arns, e visitaram a Pastoral Operária no ABC. Em Goiânia, conheceram a Pastoral da Terra e, em Brasília, reuniram-se com a liderança da CNBB.

A equipe foi integrada pelo seu diretor, o ortodoxo Romero Ion Bria; o reverendo Malcolm Hanson, reformado da Inglaterra, o frei italiano Marco Gnavi, Joann Russel, da Igreja Episcopal dos Estado Unidos, Arpie Tcheboukdjian, da Igreja Ortodoxa Armênia, Evelyn Appiah, Metodista de Ghana e o Pastor Godofredo Boll, Luterano do Brasil.(Agen n.108-16/6/88)

Papa sagra dois novos cardeais brasileiros

Às vésperas de um possível cisma da Igreja, o primeiro em mais de cem anos, o Papa João Paulo II sagrou dia 28 cardeais os Arcebisposde Salvador e de Brasília, Dom Lucas Moreira Alves e Dom José Freire, além de outros 22 religiosos. O Brasil tem agora sete cardeais.

João Paulo II fez um apelo ao Arcebispo Marcel Lefebvre, suspenso em 1976 pelo Papa Paulo VI para que desistisse da sagração não autorizada de quatro bispos, na Suíça. Ela criaria uma hierarquia paralela, caracterizando o cisma. O Arcebispo e seus adeptos afirmam que a ameaça de excomunhão não os intimida.

Com a nomeação dos novos cardeais, a Europa perdeu pela primeiravez na História a maioria no Sacro Colégio Cardinalício: dos 121 religiosos que podem escolher um novo Papa, apenas 59 são europeus.(O Globo-29/6/88)

Mais um padre é candidato no sul

Apesar das repetidas advertências da Regional Sul da CNBB e de reações isoladas dos principais Bispos do Estado, foi anunciada dia 23 a segunda candidatura de um padre às eleições municipais. Fredolino Bauer, vigário da Paróquia de São Judas Tadeu, será o candidato do PMDB à Prefeitura de Bagé, a 373 quilômetros desta Capital, na fronteira com o Uruguai. Recentemente fora anunciada, pelo PT, a candidatura do padre Roque Graziotin em Caxias do Sul.
(O Globo-24/6/88)

Fim dos arrendamentos de Nonoai

Depois de longo período de negociações, as lideranças da reserva indígena de Nonoai e superintendência da Funai chegaram a um acordo com relação ao arrendamento de terras aos agricultores brancos. Durante reunião dia 22, em Chapecó, Santa Catarina, que tem jurisdição sobre a reserva gaúcha, entre o superintendente Sebastião Fernandes e o cacique Adelino Lopes, além de outros representantes da Funai e da comunidade indígena, foi selado um acordo por escrito que passará a vigorar imediatamente. O ponto mais importante foi o compromisso assumido pela Fundação com o fornecimento de insumos, máquinas e sementes para que os índios plantem suas lavouras. Mas a presença do branco dentro da reserva não será mais permitida.

Acordo

Distribuído em cinco ítens, o acordo prevê que as terras já plantadas terão oproduto negociado segundo o contrato de arrendamento. Depois disso, a terra está destinada para uso exclusivo da comunidade indígena. Para as terras preparadas, a Funai vai fornecer dez sacas de sementes de trigo para cada família. Da produção obtida, um total de dez sacas do produto será destinado a um fundo comunitário, como fonte de recursos para outras safras. Outra parte da terra será utilizada para uma lavoura comunitária, administrada pela Fundação e lideranças indígenas. Os recursos obtidos também ficam em um fundo comum.

Conflito

O atrito entre a reserva de Nonoai e a Fundação teve início há poucas semanas com o arrendamento de 4 mil hectares, para agricultores brancos. De cada lavoura, os índios recebiam 20% da produção. Com o acordo, segundo o engenheiro-agrônomo da Funai, Lauro Francisco Mattel, os índios vão ter muitas vantagens, pois ficarão com a maior parte do produto de suas lavouras. (Zero Hora-23/6/88)

Bispo de Dourados protesta contra Funai

O bispo de Dourados, Dom Teodardo Leitz afirmou que a diocese não acatará a decisão da Funai de proibir a presença de pessoas ligadas ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) dentro das reservas indígenas do Sul do Estado, por considerar a medida "arbitrária" e sem respaldo legal.

Há cerca de 15 dias, a administração regional do orgão expediu uma nota oficial condenando o trabalho dos missionários junto às comunidades indígenas (11 no total nesta região), decidindo que o CIMI estava impedido de atuar nestes locais.

A medida atinge principalmente o coordenador do Cimi e responsável pela Pastoral Indigenista no Mato Grosso do Sul, Hilarius Paulus e dois antropólogos apontados como "incitadores" contra a Funai. Esse missionário, residente em Dourados, protestou contra a portaria, alegando que tem feito apenas um trabalho de conscientização dos direitos dos índios junto às reservas.(Correio do Estado-8/6/88)

Potiguaras deixam sede após acordo com Funai

Após 11 dias acampados na sede da administração regional da Funai de João Pessoa, cerca de 70 índios potiguara da aldeia de São Domingos, situada a 80 quilômetros da Capital, decidiram dia 12 retornar para suas casas, após acordo firmado com o procurador-geral do órgão, Ronaldo Montenegro, que assegurou a agilização do processo que trata da demarcação da área potiguara.(Última Hora-18/6/88)

Funai avalia área para demarcacao em SE

Apesar dos esforços dos fazendeiros Jorge Pacheco e João Britto em impedir a demarcação das fazendas Caiçara e Belém, a 170 quilômetros de Aracaju, para serem entregues à única tribo de remanescentes indígenas sergipanos os Xocó, a Funai está na área promovendo um levantamento fundiário das propriedades para efetuar posteriormente a desapropriação.

(Correio Braziliense-11/6/88)

Sem terra no Rio Grande do Sul entregam manifesto a Pedro Simon

Trabalhadores do Movimento dos Sem Terra do Rio Grande do Sul entregaram no dia 27 um documento ao Governo do Estado lembrando uma série de promessas que foram feitas pelo Governo e pelo Mirad e que até hoje não foram cumpridas. Eis a íntegra da carta entregue ao Governador Pedro Simon.

"Exmo.Sr.Governador do Estado Pedro Simon. Diante da morosidade do processo de assentamento das Famílias acampadas no Estado, nós do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, acampados na Fazenda Anonni, município de Sarandi, 38 famílias acampadas na Fazenda Itapuí, Canoas e 800 famílias acampadas na Barra, município de Santo Ângelo, temos acompanhado os vários pronunciamentos das autoridades dizendo que estava sendo encaminhado áreas para o nosso assentamento, mas notamos que a prática não condiz com o discurso.

Por isso viemos lembrar a todas as autoridades e sociedade em geral que ainda somos 970 famílias acampadas na Fazenda Anonni esperando pelo assentamento.

Estamos à beira de perder mais um ano de plantio num inverno rigoroso e com problemas de alimentação e as autoridades devem explicações de várias questões que não nos convenceram:

Primeiro: o Ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária, Jáder Barbalho quando esteve em abril aqui no Rio Grande do Sul em audiência com o MST e na imprensa afirmou que em 30 dias viria assentar mais 400 famílias no Rio Grande do Sul, até o momento, já se passaram mais de 60 dias e nós não vimos sua promessa se concretizar.

Segundo: O Ministro Jáder Barbalho afirmou também naquela ocasião que dinheiro para o Rio Grande do Sul não era mais problema, e assim, precisava encontrar áreas.

Ainda recentemente ouvimos que o problema da Fazenda Itapuí-Canoas, não foi solucionado ainda por falta de dinheiro; queremos explicações desta contradição tão grande.

Terceiro: Também sabemos de uma área no Estado arrendada, em Tupancireta, que não está cumprindo com a função social, e que nós já ocupamos e fomos despejados. Denunciamos oarrendamento vergonhoso daquela área, então nos foi prometido que seria votado um projeto na Assembléia Legislativa que extingue o arrendamento e destina área para assentamento. Até aqui, já se passaram 8 meses e não vimos nada de concreto, nem sabemos o que está acontecendo.

Quarto: Outro fato que nós estamos estranhando é, que o presidente José Sarney costuma, normalmente, divulgar tudo e qualquer pequena coisa que faz, e no entanto até o momento das áreas que foram anunciadas à publicação (Itapuí, Santa Helena e Jóia) somente a Itapuí teve o seu decreto de desapropriação publicado no Diário Oficial, enquanto que sobre as outras não sabemos o que acontece. Aqui também como o senhor pode ver cabe explicações, pois temos presente a responsabilidade do estado no convênio que assumiu com o Mirad de executar a Reforma Agrária.

Quinto: As 800 famílias acampadas na Barra, sequer contam com uma estrada que as leve até a área do acampamento, além da área não estar liberada, conforme ponto anterior, não tendo do Mirad aprovado ou encaminhado os projetos de plantio, alimentação e ainda saúde.

Enquanto membros de uma única organização, ressalvamos não só os problemas que enfrentam os acampados, mas tambémos assentados, que, como por exemplo, assentados da antiga Arrozeira Brasileira e Taquari, não possuem sua situação regularizada, porque o estado não transferiu a posse para o Mirad, chegando ao ponto destes assentados terem que enfrentar problemas com a justiça.

Sexto: Diante destes fatos estamos percebendo que vai ser difícil, o delegado do Mirad/RS Mário Bertani, concretizar à sua meta que, segundo ele, é assentar três mil famílias em 1988.

Nos estados preparados e já divulgados que iríamos fazer uma caminhada rumo a Cruz Alta para pedir agilização nos processos de assentamentos no Rio Grande do Sul, quando em abril o ministro esteve aqui e prometeu em 30 dias assentar mais 400 famílias. Naquela ocasião suspendemos a caminhada para não nos chamarem de "agitadores" e "radicais", mas prometemos que se não fosse concretizada a promessa do ministro, nós voltaríamos a agir.

A nossa vinda não é para achar o culpado, mas para saber o que realmente está faltando para que se concretize o que nos foi prometido. Por fim, viemos também dizer que se faltar mais um empurrão da nossa parte, nós estamos dispostos e preparados para dar esta ajuda.

Assinam: acampados da Anonni, acampados da Barra, acampados da Itapuí, assentados na Fazenda Padre Josimo(antiga Arrozeira Brasileira), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/RS.

Será dia 5 o julgamento dos assassinos de Margarida Maria

Foi adiado para o dia 5 de julho o julgamento do fazendeiro Antônio Carlos Coutinho Régis, acusado de ser um dos autores intelectuais do assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, em 12 de agosto de 1983. O julgamento, em Lagoa Grande, a cerca de 15 quilômetros de João Pessoa, na Paraíba, estava marcado para o dia 26 de junho, mas não compareceram o advogado do réu e as testemunhas de defesa, deixando indignados cerca de 1 mil pessoas presentes ao Forum.

Os assistentes de acusação, os advogados Gilberto Marques e Antônio Barbosa, pediram a juntada de documentos aos autos em que evidencia a participação dos usineiros Agnaldo Veloso Borges e José Buarque de Gusmão como mandantes, entre outros. O soldado PM Betâneo Carneiro é também apontado pelos advogados como um dos autores materiais do crime. A líder sindical Margarida Maria foi morta com um tiro de espingarda calibre 12, na porta de sua casa.

Conselho conclui que houve chacina no Pará

Dezenas de pessoas foram mortas no conflito ocorrido em dezembro do ano passado em Marabá entre garimpeiros que ocupavam a ponte sobre o Rio Tocantins e a Polícia Militar, segundo investigação realizada no local por integrantes do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos (CDDPH). Apesar da oposição do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, que presidia a reunião, o CDDPH decidiu abrir inquérito na Polícia Federal se o Governador do Pará, Hélio Gueiros, não explicar a entidade em 15 dias por que não investigou o conflito, aceitando a versão de que apenas duas pessoas morreram.

Dois membros do Conselho - o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, e o Subprocurador da República Cláudio Fontelles - estiveram em Marabá investigando o fato. Os garimpeiros ocuparam a ponte para chamar a atenção das autoridades sobre problemas de Serra Pelada.

O Ministro Paulo Brossard, que preside o Conselho, foi voto vencido na reunião.

O Governador Hélio Gueiros considerou "invencionices de quem não conhece a Amazônia" a versão de que mais de 70 garimpeiros foram mortos no conflito. Há um mês, quando a Anistia Internacional denunciara o caso como massacre, Gueiros não quis fazer comentários. Posteriormente, com a instauração do inquérito no âmbito do CDDPH, nomeou o Secretário de Interior e Justiça, Itair Silva, para presidir um inquérito a nível estadual. No entanto, nunca se teve notícia sobre o inquérito.

Policiais desocupam ponte a tiros

No dia 29 de dezembro 200 soldados da Polícia Militar afastaram a tiros os quase quatro mil garimpeiros que bloqueavam a ponte rodoferroviária sobre o Tocantins a 10 quilômetros de Marabá. A Polícia chegou pela cabeceira da ponte no lado de Marabá e surpreendeu os garimpeiros na hora em que estavam em fila para receber rações. Segundo a versão oficial, dois manifestantes morreram, quatro desapareceram e cerca de 30 ficaram feridos. O Exército ocupou o aeroporto de Marabá ao mesmo tempo em que o Governador do Pará afirmava: "O Governo fez o que tinhas que fazer". Os garimpeiros exigiam o rebaixamento da cava de Serra Pelada.(O Globo-24/6/88)